

À SEGEM/MG,

Ref. CONCORRÊNCIA Nº 01/2012 - PMI – Resíduos Sólidos

Objeto: Consulta pública referente à concessão administrativa para transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos na RMBH e Colar Metropolitano.

Prezados Senhores,

A Construtora Cowan S/A, por seu representante legal, apresenta as seguintes sugestões e comentários ao PMI em epígrafe:

PMI – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

ITEM	Item do Edital / Contrato / Anexos	Sugestão	Justificativa
1	Anexo V – Item 3.1	Alterar a influência do QID no valor da PARECELA REMUNERATÓRIA MENSAL de 40% para 20%. Sugestão da fórmula: $PRM = RSU \text{ Tratado} \times VPTT \times [0,8 + (0,2 \times QID)]$	Entendemos que o impacto das deduções do QID não podem gerar um risco tão grande para a Concessionária. Isso inclusive impactará na avaliação do projeto pelo agente financiador.
2	Anexo V – item 3.2.3	O RSU recebido ao ser ajustado pelo Poder Concedente, para mais ou para menos, nos anos 5 a 8 da concessão, também deverá permitir que o valor do VPTT seja ajustado.	Alterações na quantidade do RSU recebido, certamente, gerarão desequilíbrios econômicos para a Concessionária e será necessária uma revisão do valor do VPTT para reequilibrar o Contrato.
3	Edital – Item 14 – Garantia de Proposta	Prever que a Garantia da Proposta seja entregue até 02 dias antes da entrega dos demais documentos	É importante para a Comissão de Licitação saber com antecedência quantos licitantes participarão da concorrência, a fim de organizar-se melhor para a abertura das propostas.
4	Edital – Item 16.9	Prever que a Carta de Instituição financeira, atestando a viabilidade do plano de negócios, seja apresentada somente pela licitante vencedora, na assinatura do contrato	Entendemos que somente se justifica o custo com Agente Financeiro para obtenção da Carta apenas pelo Licitante vencedor.
5	Edital – Item 23	Prever que o Plano de Negócios seja entregue somente pela licitante vencedora, na assinatura do contrato.	Entendemos que somente se justifica a apresentação de todo Plano de Negócios apenas pelo Licitante vencedor.

6	Edital – Item 8.1.5	Retirar este item, ou seja, a sociedade líder do consórcio não precisará ter participação majoritária no Capital Social do consórcio	Entendemos que um Consórcio pode ter participações iguais para as empresas consorciadas e uma delas ser a Líder.
7	Contrato – Cláusula 7ª – Item 16.	Retirar a exigência de 02 anos para transferência da Concessão Administrativa. A transferência da Concessão Administrativa deverá somente ser autorizada mediante anuência do Poder Concedente	Entendemos que basta apenas a anuência do Poder Concedente, não sendo necessário o prazo. A comprovação da experiência da Licitante vencedora já foi exigida na documentação técnica.
8	Contrato – Cláusula 27ª – Item 105.1	Alterar a recorrência (nº de ocorrência no ano) das multas por Índice de Processamento da Estação de transbordo >= 72 horas e Índice de Disponibilidade de Tratamento Final <= 70%, de 03 para 08 ocorrências no ano	As causas das ocorrências muitas vezes não serão exclusivas da Concessionária.
9	Contrato – Cláusula 27ª – Item 105.5, 105.7 e 105.11	Reduzir o valor da multa de R\$ 4.000.000,00 para R\$ 400.000,00	O valor da multa precisa estar compatível com o tamanho do projeto.
10	Contrato – Cláusula 27ª – Item 105.8	Reduzir o valor da multa de R\$ 2.000.000,00 para R\$ 200.000,00	O valor da multa precisa estar compatível com o tamanho do projeto.
11	Contrato – Cláusula 27ª – Item 106	Reduzir o limite máximo da multa de R\$ 10.000.000,00 para R\$ 1.000.000,00	O valor da multa precisa estar compatível com o tamanho do projeto.
12	Contrato – Cláusula 27ª – Item 105.9 e 105.10	Reduzir o valor da multa de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 100.000,00	O valor da multa precisa estar compatível com o tamanho do projeto.
13	Edital – Item 2	O Edital deverá prever o item 2.1.8 - NOVO ANEXO, onde estará previsto o Convênio entre municípios e o Estado, para adesão ao contrato a ser assinado com a Licitante vencedora.	É fundamental para o Licitante que o Convênio esteja já assinado e apresentado como anexo ao Edital, a fim de reduzir riscos futuros.
14	Anexo VI – Caderno de Encargos – Item 2.16.1	Retirar este item, onde se obriga o aproveitamento do biogás a partir do 5º ano de concessão	Cabe ao Licitante escolher a forma de capturar receitas e apresentá-la na sua proposta. Pode ser que o aproveitamento do biogás não seja a melhor opção escolhida pelo Licitante.
15	Anexo VI – Caderno de Encargos – Item 2.20	Retirar, como obrigação da concessionária, a disponibilização das Estações de Transbordo.	Cabe ao Licitante escolher a sua forma de receber/processar o lixo e apresentá-la na sua proposta. Pode ser que a logística escolhida pelo Licitante não contemple Estações de Transbordo.

16	Anexo V – Item 2	Retirar o IPET (Índice de Processamento da Estação de Transbordo) da fórmula de cálculo do QID, haja visto que não deverão existir Estações de Transbordo.	No caso do Licitante não utilizar estações de transbordo, o cálculo do QID fica prejudicado.
17	Edital – Item 16.12	Esclarecer e detalhar quais são as garantias de adimplemento do Contrato, no que se refere aos pagamentos da remuneração devida à Concessionária, pelo Poder Concedente.	Estabelecer quais serão as diversas maneiras que serão permitidas na contratação das garantias, do tipo: fiança, seguro-garantia, fundo específico, royalties, etc.
18	Contrato – Cláusula 8ª	O Capital Social subscrito e integralizado da Concessionária deverá ser equivalente a 10% do valor dos investimentos, até 180 dias da assinatura do Contrato, e não até o primeiro quadrimestre da Concessão.	Entendemos que não existe necessidade de alocar recursos tão cedo, já que os investimentos serão distribuídos ao longo dos 2 primeiros anos.
19	Edital – Item 17.5	Incluir a exigência de atestação em experiência em Concessão de Saneamento. No caso de atestado em consórcio, a empresa que fornecer o atestado deverá ter uma participação mínima de 10% no consórcio.	É importante para o sucesso do negócio, que empresas experientes na prestação de serviços na área de saneamento básico sejam as possíveis concessionárias.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 26 de Maio de 2012

Representante Legal: Pedro Bernardes de Melo
RG: 1.113.026 SSP/MG
CPF: 311.597.026-91